

“A GRANDE OBRA DO MONDEGO, ALÉM DE SER DA MAIOR UTILIDADE, SERÁ A COISA MAIS LINDA DE PORTUGAL”: A ATUAÇÃO DO ILUSTRADO JOSÉ BONIFÁCIO DE ANDRADA E SILVA NO CARGO DE SUPERINTENDENTE DO RIO MONDEGO E OBRAS PÚBLICAS DA CIDADE DE COIMBRA (1814-1819)

Alex Gonçalves Varela

Pós-Doutorando do Depto. de História/UERJ
alex_goncalves_varela@yahoo.com.br

O propósito em manter o envolvimento com estudos acerca da ciência Ilustrada encontra no perfil de naturalista do mencionado personagem perspectivas amplas de trabalho. Em primeiro lugar porque, sua presença na bibliografia especializada se faz em torno de sua identificação como o “Patriarca da Independência”, o que corresponde ao primado concedido ao seu perfil de estadista e parlamentar. São análises, portanto, que enfatizam o viés político de sua trajetória histórica. No entanto, José Bonifácio destacou-se não apenas como homem público mas também como naturalista. Portanto, apesar da imensa bibliografia que há a seu respeito, há lacunas que estimulam a reflexão em novas direções. (LOPES, 1990; CAVALCANTE, 2000; VARELA, 2005; 2009)

Neste estudo nos deteremos no cargo de Superintendente das Obras do Rio Mondego. Apesar de inúmeras vezes referido e citado nos principais estudos sobre o personagem, falta, entretanto, análise crítica e detalhada sobre a atuação de José Bonifácio no cargo de Superintendente do rio Mondego e Obras Públicas, que fuja da abordagem histórica tradicional privilegiando nomes, datas e fatos. O cargo de superintendente ocupou um espaço de centralidade no programa reformista político-científico do governo mariano. O rio era um recurso natural que deveria ser estudado para que se levantassem todas as suas potencialidades econômicas a serem revertidas em prol da modernização da nação portuguesa.

José Bonifácio de Andrada e Silva nasceu em Santos em 1763, sendo filho de Maria Bárbara da Silva e Bonifácio José de Andrada. Seu pai era um alto funcionário da Coroa portuguesa, embora também tivesse outras atividades como o comércio, e possuía a segunda maior fortuna de Santos. Tinha outros irmãos, dentre os quais se destacaram as figuras de Martim Francisco e Antônio Carlos. (SOUSA,1957)

Como todo e qualquer membro da elite colonial que desejava realizar um curso superior, uma vez que por aqui não havia instituições universitárias, José Bonifácio viajou para a metrópole

com o intuito de se matricular na Universidade de Coimbra. A chegada a Portugal coincidiu com o período de “abertura” às novas idéias em razão das iniciativas do Marquês de Pombal. Ele partiu para a metrópole no início de 1780, matriculando-se nos cursos de Leis e Filosofia Natural, e terminou no ano de 1788. Nesse espaço, Bonifácio, membro da elite colonial, juntou-se às elites cultas da metrópole que também ali estudavam. (SILVA, 1999)

O naturalista permaneceu em Portugal, sendo eleito membro da Academia Real das Ciências de Lisboa, centro aglutinador do ideário reformista do governo de D. Maria I. (NOVAIS, 1995; FALCON, 1982) Na Academia despertou a atenção do Duque de Lafões, um dos fundadores da corporação, homem que tinha parentesco com a casa real e expressiva influência no Paço. (SILVA, 2006) Interessado, então, na difusão das “luzes” da civilização europeia pelo Reino, conseguiu que Bonifácio fosse agraciado com uma pensão real para participar de uma 'viagem filosófica' por diversos países da Europa Central e Setentrional com o intuito de obter os modernos conhecimentos mineralógicos.

Após dez anos viajando por diversos países da Europa central e setentrional, em que recebeu formação teórica e prática no campo da metalurgia e da mineração, Bonifácio retornou a Portugal no ano de 1800. A viagem fazia parte da política portuguesa que visava arregimentar os estudiosos portugueses, nascidos ou não na metrópole, com o intuito de ajudar a promover a modernização do Império. (CARDOSO, 2001; DIAS, 1968; LYRA, 1994) Não foi por acaso que a maioria desses ilustrados coloniais, entre os quais o mencionado naturalista, pertenciam ao grupo de D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro do regente Dom João desde 1796, que defendia a fundação de um Império luso-americano, com sede em sua porção mais rica, o Brasil, como solução para a crise que se abatia sobre o Reino. (NEVES, 2003; MAXWELL, 1999)

De acordo com José Bonifácio, a viagem foi imprescindível para a especialização de sua trajetória como naturalista. Ele se tornou, como ele próprio afirmava, um “metalurgista de profissão”. Após a realização dessa viagem, José Bonifácio voltou a frequentar as sessões da Academia das Ciências, local onde publicou diversas memórias científicas, integrando o sub-grupo de naturalistas, que tinha como personagem principal o italiano Domenico Vandelli. (MUNTEAL FILHO, 1993)

A Academia foi o *locus* de gestão da política colonial voltada para a exploração do mundo natural. (MUNTEAL FILHO, 1998) Vandelli defendia que deveria ser realizado um profundo inventário da natureza nas colônias, natureza esta que seria estudada nos estabelecimentos científicos, como os Jardins Botânicos, Museus de História Natural, entre outros, por meio dos métodos de classificação e dissecação. Ele teve uma atuação fundamental para a criação do “complexo museológico da Ajuda”, na expressão de BRIGOLA (2003), que centralizava o vasto projeto de se produzir uma ‘ história natural das colônias ’.

Por outro lado, o conhecimento da natureza estava diretamente relacionado à política fomentista do governo mariano e joanino, uma vez que se acreditava que as produções naturais da colônia ajudariam na recuperação econômica do Reino e valorizava-se a agricultura, baseada nas práticas científicas de orientação pragmática, que viam na natureza tropical uma fonte geradora de riqueza. A natureza colonial, portanto, deveria ser cientificamente conhecida e explorada, pois contribuiria para a modernização portuguesa.

A formação científica em Coimbra e sua complementação pela viagem credenciaram a inserção de Bonifácio no âmbito da “elite do conhecimento” interessada no estudo da natureza e do homem, em função do programa reformista de exploração científica, sistemática e metodológica da natureza do Reino e das colônias, relacionando com aspectos geográficos. (DOMINGUES, 1991) Bonifácio foi arregimentado por D. Rodrigo de Souza Coutinho, ministro da Marinha e do Ultramar, para assumir postos importantes no âmbito da administração central do Império Português, visando à aplicação firme e eficiente da sua política reformista. A associação entre os “homens da política” e os “homens de ciência” estava estabelecida, ou melhor, entre aqueles que produziam o conhecimento científico e os que eram capazes de arregimentar apoio e recursos financeiros necessário ao desenvolvimento das ciências. (MUNTEAL FILHO, 1998)

Para gerenciar as minas e pesquisar os minerais portugueses, José Bonifácio foi nomeado Intendente Geral das Minas e Metais do Reino (Carta Régia de 18/05/1801). Por Carta Régia de 01 de julho de 1802, D. Rodrigo ordenou que fosse associado à administração mineira as árvores e os bosques do território luso. E, por Alvará de 13 de julho de 1807, o estudioso foi designado para ser o Superintendente da administração do rio Mondego e obras hidráulicas da Cidade de Coimbra, e Provedor dos Marachões. Estava reunida sob a autoridade de um estudioso da História natural a administração das minas, matas e bosques, e os rios. Observa-se, assim que, o naturalista José Bonifácio foi colocado pelo principal “ministro da Viradeira” em pontos-chaves para a aplicação firme e eficiente da sua política reformista. (LYRA, 1994) Para o intendente, maior não poderia ser sua glória que ver recompensado com tanta Real Grandeza, os serviços que a obrigação de fiel vassalo lhe impunha. (RAMINELLI, 2008)

No governo de D. Maria I houve um esforço de regularizar o curso do Mondego, inserindo-se esta política no conjunto de reformas das áreas litorâneas e fluviais devido à multiplicidade de recursos que forneciam e à mais valia que era inerente a esses bens devido a estarem situados em áreas privilegiadas em termos de comunicações e conseqüentemente em termos de comercialização interna e externa. Uma dessas áreas privilegiadas era o Baixo Mondego, extensa planície situada nas margens do Mondego entre Coimbra e Figueira da Foz. (NETO, 2002, p. 179). O Alvará de 28 de março de 1791, de responsabilidade de José Seabra da Silva, então Ministro do Reino, determinou o encanamento do rio Mondego, dada a sua importância como via de transporte e área agrícola.

Ao analisarmos a atuação e a produção de conhecimento do naturalista José Bonifácio no exercício do mencionado cargo procuramos inseri-lo no programa reformista do governo mariano que visava aproveitar os recursos naturais do Reino com vistas à sua modernização. O cargo não pode ser visto simplesmente como uma função que produzia apenas informações administrativas para o aparelho estatal português. Ele foi um *locus* de produção científica, uma vez que a pessoa que esteve à frente do cargo era um estudioso da História Natural e ali desenvolveu atividades de pesquisa sobre o rio Mondego, recurso natural do Reino, averiguando as potencialidades nele contidas. As viagens realizadas e as memórias científicas produzidas pelo mencionado estudioso, fruto do trabalho prático que realizou na dita função, são o principal testemunho da contribuição de José Bonifácio para o processo de institucionalização das ciências naturais no âmbito do Império Português. Elas deixam transparecer a atualização do pensamento científico do naturalista, na medida em que se utilizava de procedimentos teórico-metodológicos utilizados pelos principais estudiosos da História Natural da época; havia uma preocupação com a coleta, descrição e classificação das “produções naturais”, recorria aos principais sistemas de classificação elaborados pelos principais naturalistas do período; envolvia-se nas principais controvérsias científicas da época; deixam transparecer o utilitarismo e o pragmatismo, características do moderno pensamento científico, entre outros aspectos.

Por sua vez, a atuação do naturalista no cargo já mencionado ocupa um lugar central na sustentação de uma rede de informações sobre as potencialidades econômicas dos recursos naturais do Reino administradas pela Coroa Portuguesa, informações estas de fundamental importância para o projeto político-reformista mariano. (DOMÍNGUES, 2001) As memórias científicas, cartas e relatórios produzidos pelo naturalista continham informações sobre a composição da água do rio; sobre a sua capacidade pesqueira e de navegação; sobre os tipos de peixes presentes nas águas do rio; sobre a vegetação presente no rio; sobre a natureza do terreno ao redor do rio, destacando tanto os tipos de minerais que poderiam extrair das suas entranhas, como comentando sobre a sua estrutura interna; sobre as potencialidades econômicas do rio a serem exploradas, entre outras. Esses textos repletos dessas informações eram enviados aos principais homens de governo de Portugal, permitindo um melhor conhecimento do território e das “produções naturais” do Reino, e a sua transformação em *Recursos Naturais* que deveriam contribuir para o desenvolvimento econômico, para o incremento das indústrias, manufaturas e do comércio.

As cartas trocadas entre o Superintendente do rio Mondego e os seus assistentes, como Agostinho José Pinto de Almeida, ou com “homens do governo”, revelam o trabalho que o naturalista estava realizando no exercício da função. Pelo que se observa nas cartas, José Bonifácio passava a maior parte do tempo em Lisboa, no exercício de outros empregos públicos e comissões, e o trabalho da obra era realizado por seus assistentes, como o acima referido, que informavam por meio das cartas o andamento das mesmas. Uma das razões da paralisação das obras foram as

invasões francesas à Portugal, quando Bonifácio integrou o Corpo Militar Acadêmico da Universidade de Coimbra, servindo no posto de major e, depois, tenente coronel, fazendo a campanha de Vouga e Douro; bem como a falta de recursos disponibilizados pelo governo. As constantes cheias do rio e as suas conseqüentes inundações das regiões ribeirinhas também foram motivos de interrupção dos trabalhos.

A atividade científica de José Bonifácio, por meio de suas memórias e viagens científicas realizadas no âmbito do cargo de Superintendente do Rio Mondego, contribuiu para o processo de institucionalização das ciências naturais no âmbito do Império Português. (DANTES, 1988; LOPES, 1999) As viagens realizadas pelo naturalista estavam inseridas nos esforços de recuperação econômica do Reino, por meio da exploração racional dos recursos minerais. Tais viagens possibilitaram o reconhecimento dos recursos naturais do Reino e da colônia, e possibilitaram a coleta, a descrição e a classificação dos produtos minerais e o envio de remessas para os estabelecimentos científicos lisboetas. Suas memórias, apresentadas à Academia Real das Ciências, mostraram que o naturalista estava a par das modernas teorias e idéias científicas, inserindo-se no conjunto das práticas científicas mineralógicas no período compreendido entre o final do século XVIII e o início do século XIX, deixando assim transparecer a atualização do seu pensamento científico. (KURY, 2004) Portanto, o cargo de Superintendente do rio Mondego foi mais do que uma mera função de caráter administrativo; ele foi um importante *locus* de produção científica no Reino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRIGOLA, João Carlos Pires. *Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2003.
- CARDOSO, José Luís. *O pensamento econômico em Portugal nos finais do século XVIII (1780-1808)*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- CAVALCANTE, Berenice. José Bonifácio: *razão e sensibilidade, uma história em três tempos*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.
- DANTES, Maria Amélia Mascarenhas. Fases da implantação da ciência no Brasil. *Quipu*, vol. 5, n. 2, maio-agosto de 1988, pp. 265-275.
- DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, v. 278, janeiro-março, de 1968.
- DOMINGUES, Ângela. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império Português em finais de setecentos. *Ler História*. Lisboa, 39(2000), pp. 19-34.
- FALCON, Francisco J. C.. *A época pombalina (política econômica e monarquia ilustrada)*. São Paulo: Ática, 1982.
- KURY, Lorelai. Homens de ciência no Brasil: Impérios Coloniais e Circulação de Informações (1780-1810). *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*. Vol. 11, Suplemento 1, 2004.

- LYRA, Maria de Lourdes Viana. *A Utopia do Poderoso Império: Portugal e Brasil: Bastidores da Política, 1798-1822*. Rio de Janeiro: Sette Letras, 1994.
- LOPES, Maria Margaret. José Bonifácio de Andrada e Silva – O Mineralogista – na produção historiográfica brasileira. *Quipu*. México, vol. 7, nº 3, set.-dez., 1990: 335-344.
- _____. Aspectos da institucionalização das ciências naturais no Brasil, no século XIX. *Quipu*, México, v.12, n.2, mayo-ago., 1999.
- MAXWELL, Kenneth. A geração de 1790 e a idéia do império luso-brasileiro. In: *Chocolate, piratas e outros malandros. Ensaios tropicais*, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.
- MUNTEAL FILHO, Oswaldo. *Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)*. Rio de Janeiro: PUC-Rio (Departamento de História - Dissertação de Mestrado), 1993.
- _____. *Uma sinfonia para o novo mundo: a Academia Real das Ciências de Lisboa e os caminhos da Ilustração luso-brasileira na crise do Antigo Sistema Colonial*. Rio de Janeiro: IFCS- Departamento de História da UFRJ (Tese de Doutorado), 1998.
- NEVES, Lúcia Maria B. Pereira & MACHADO, Humberto Fernandes. *O Império do Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999.
- NETO, Margarida Sobral. O ordenamento de recursos nas áreas litorâneas e fluviais: a problemática do regime de propriedade. In: *O Litoral em Perspectiva Histórica (Sec. XVI a XVIII)*. Porto: Instituto de História Moderna, 2002, pp. 179-184
- NOVAIS, Fernando A. O Reformismo Ilustrado Luso-Brasileiro: Alguns Aspectos. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, n. 7, 1984.
- _____. *Portugal e Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. 6ª Ed. São Paulo: Ed. Hucitec, 1995.
- RAMINELLI, Ronald. *Viagens ultramarinas. Monarcas, vassalos e governo a distância*. São Paulo: Alameda, 2008.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Construção da nação e escravidão no pensamento de José Bonifácio de Andrada e Silva (1783-1823)*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP / Centro de Memória, 1999.
- SILVA, Ana Rosa Clochet da. *Inventando a nação. Intelectuais ilustrados e estadistas luso-brasileiras na crise do antigo regime português (1750-1822)*. São Paulo: Hucitec/Fapesp, 2006.
- SILVA, Maria Beatriz Nizza da. *A cultura luso-brasileira: da reforma da Universidade à Independência do Brasil*. Lisboa: Editorial Estampa, 1999.
- SOUSA, Octavio Tarquínio de. *História dos Fundadores do Império do Brasil: José Bonifácio de Andrada e Silva*. Vol. I. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio, 1957.
- VARELA, Alex Gonçalves. *“Juro-lhe pela honra de bom vassalo e bom português”: análise das memórias científicas do Ilustrado José Bonifácio de Andrada e Silva (1780-1819)*. São Paulo: Annablume, 2004.